



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SILVALDE

Ata N.º 4/2024

----- ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SILVALDE DE VINTE E SETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO -----

----- Aos vinte e sete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, reuniu em sessão ordinária, quarta, a Assembleia de Freguesia de Silvalde, na sua sala de reuniões e sob a presidência do Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, José Manuel Novo, secretariado pelo Primeiro Secretário, João Folha, e pelo Segundo Secretário, Conceição Ribeiro. Estiveram ainda presentes os Senhores Vogais, Bruno Pinho, Carlos Pinho, Mariana Folha, António Cruz, pela Bancada do PS, Joaquim Costa, António Félix, Helder Freitas, António Viela e Fátima Saxe pela Bancada do PSD. Estiveram presentes os seguintes elementos do Executivo, José Teixeira, Líliliana Gonçalves, Marco Oliveira e Ana Ferreira. Faltou o Secretário do Executivo, Pedro Tavares. -----

----- Da agenda para a Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos: -----

----- **Ponto um:** Deliberar sobre os assuntos agendados para o período antes da ordem do dia; -----

----- **Ponto dois:** Deliberar sobre a aprovação do protocolo realizado entre a Autarquia e a Associação Leões Bairristas; -----

----- **Ponto três:** Aprovação da 2ª Alteração Modificativa do Orçamento, nos termos do nº5, do art.º 29 da Lei nº35/2014, de 20 de junho; ata da 2ª Sessão Ordinária 2024; -----

----- **Ponto quatro:** Apreciar e votar nos termos da alínea a) do nº1, do art.º 9 da lei 75/2012, de 12 de setembro, os Documentos Previsionais – Opções do Plano e Proposta de Orçamento para o ano 2025; -----

----- **Ponto cinco:** Apreciação e votação da ata nº3/2024; -----

----- **Ponto seis:** Apreciar ao abrigo da alínea e) do nº1, do art.º 9, da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia. -----

----- Dando início à sessão, o Presidente da Mesa, na composição das bancadas informou as notificações de não comparência recebidas: na Bancada do PS, o vogal Helder Pereira foi substituído pelo vogal Carlos Pinho, a vogal Anabela Costa foi substituída pela vogal Mariana Folha, o vogal Domingos Novo foi substituído pelo vogal António Cruz. Pela parte do PSD faltou a vogal Daniela Carvalho e não apresentou pedido de substituição. O Presidente da Mesa referiu ainda que face às faltas sucessivas dos vogais Anabela Costa e Domingos Novo, da Bancada do PS, ambos pediram a suspensão de mandato. Pela parte da Bancada do PSD, os vogais António Viela e Daniela Carvalho tendo também várias faltas, *“falei como Sr. António Viela devido às faltas sucessivas e ele manifestou a vontade de permanecer e dizer que se a vida não se alterar, pretende levar o mandato até ao fim. Quanto à vogal Daniela Carvalho foi contactada, está a trabalhar em Lisboa e diz que não tem disponibilidade para comparecer e irá nos próximos dias proceder à suspensão do mandato”*, revelou. -----

----- No período antes da ordem do dia entrou um documento, por parte da Bancada do PSD, pelo vogal Manuel António Félix uma Recomendação, foi lido o documento (em anexo desta ata) e o Presidente da Mesa garantiu que seguirá para a Câmara e será votada pela Assembleia. O vogal Joaquim Costa interveio focando que constatou no local alguma negligência e descuido por parte da população, no entanto os acessos têm que estar disponíveis e funcionais. A vogal Conceição Ribeiro considerou o documento interessante, uma vez que a parte pedonal é muito importante e alerta para o problema da postura de trânsito, a falta de visibilidade para quem segue da Rua do Golf para entrar no túnel na Rua 20. *“Da maneira como está é muito perigoso. Deveriam fazer uma ressalva sobre este assunto perante a Câmara.”* Após as intervenções dos vogais o Presidente da Mesa solicitou ao Presidente do Executivo se se podia pronunciar sobre o assunto, uma vez que esteve na inauguração. O Presidente do Executivo mencionou que é um assunto que lhe tem dado bastante transtorno e *“quer com a Presidente da Câmara, como na Assembleia Municipal tenho falado neste assunto e da dificuldade de ter aquela circulação e movimentos perigosos à saída do túnel, e não só toda a postura de trânsito que está por aprovar, bem como os cerca de 40 sinais que abarca aquela zona. Na última Assembleia Municipal, quando houve uma alteração à postura de trânsito na Rua 20, junto aos ginásios, sugeri que fosse feita uma alteração à postura de trânsito pensada, não como foi colocado. Portanto, merece ser alterada com conhecimento de causa. E faz todo o sentido a reclamação da vogal Conceição e também fazer esta recomendação para dar conta que não só o Executivo, mas também a Assembleia de Freguesia está atenta às causas e perigos com que a população se debate todos os dias. Aguardo uma resposta, pois esse pedido de alteração de postura foi feito escrito e verbal. Quanto à recomendação, vai de encontro ao que pretendemos e será apresentada à Câmara Municipal de Espinho.”* Feita a exposição o Presidente da Mesa pediu autorização ao vogal António Félix que apresentou a recomendação, para que esta fosse extensiva a todos os vogais da Assembleia e todos pudessem subscrever o documento, uma vez que não faz menção a partidos. Como foi aceite, todos os vogais assinaram o documento e na votação, **a Recomendação foi aprovada por unanimidade.** -----

----- O Presidente da Mesa prosseguiu com o **Ponto 2** que foi exposto pelo Presidente do Executivo explicando que a direção dos Leões Bairristas solicitou a verificação do valor de eletricidade, uma vez que têm havido subidas de preço e portanto, este protocolo permite ajustar o valor da eletricidade que é utilizada pelo multibanco, um encargo da Junta de Freguesia. *“Analisando as faturas relativas a oito meses, verificamos que seria justo o valor de 50,00€ por mês. A direção do clube solicitou que além de ser aprovado e verificado pela Junta, que fosse naturalmente deliberado pela Assembleia de Freguesia.”* -----

----- O Presidente da Mesa questionou se alguém queria fazer alguma intervenção e o vogal Joaquim Costa comentou que na sua opinião estes protocolos fazem todo o sentido, a população beneficia, porque não é fácil arranjar um espaço, dado o risco para quem cede e até para a segurança do edifício. Garantiu que votaria favoravelmente em conformidade



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SILVALDE

com o que tem feito em situações análogas. O **Protocolo foi votado pela assembleia e aprovado por unanimidade**. -

---- O Presidente da Mesa prosseguiu para o **Ponto 3**, dando a palavra ao Presidente do Executivo, que por sua vez nomeou a Tesoureira para comentar a 2ª Alteração Modificativa de 2024, que mencionou que o valor do orçamento se mantém, contudo a alteração deve-se exclusivamente a questões de equilíbrio orçamental, dada a entrada de verbas que surgem a posteriori e para que seja de facto cumprida a regra do equilíbrio orçamental. O Ponto passou a votação após ninguém querer intervir e a **alteração foi aprovada com 7 votos a favor, 1 voto contra e 4 abstenções**. -----

---- O **Ponto 4** foi introduzido pelo Presidente do Executivo informando que o orçamento para 2025 é de 713.297 euros referentes a despesas e receitas, sendo que as maiores verbas correspondem às delegações de competências. *“Gostávamos de ter mais verbas ainda, mas há que trabalhar com as verbas que temos”*, frisou. Passando ao painel de intervenções, o vogal Joaquim Costa focou que ao longo dos últimos dois mandatos os orçamentos são de gestão corrente, havendo uma preocupação em que a receita suporte o gasto e *“não se evidencia o objetivo de qualquer obra / evento que não seja única e exclusivamente comparticipada pela Câmara e estamos a falar de alcatroamento e limpeza e manutenção de passeios, mesmo na alteração modificativa N°2 que acabamos de aprovar, verificamos que a verba destinada aos fontanários é de 12 mil euros e só foi aplicado 2.600€”*, criticou. Quis saber qual a receita do bar da praia e do café S. Tiago. Quanto ao direito de audição da oposição ocorrido a 13/11/2024, apontou que foi bem acolhido, contudo, *“o orçamento foi aprovado a 14/11/2024 e as propostas efetuadas como o orçamento participativo, não foi possível concretizar do dia 13 para 14, o que quer dizer que o orçamento já estava delineado e portanto prova-se que foi um fait-divers. Outra das coisas que propus, é que se é pretendido que haja receita, temos uma casa, que neste momento não deve ser vendida sem ser feita uma nova avaliação e sugeria que a fizessem, bem como nos lotes; também voltei a insistir que nunca os vogais do PSD foram contra a cedência do espaço onde está a Antena, as regras, as condições é que deveriam ser revistas e verifico que neste orçamento para ser possível o alargamento do cemitério, possivelmente até daria mais receita, só é possível com essa alienação; relativamente às despesas e não podia ser doutra forma, exatamente por ser um orçamento de pobreza franciscana, o que verifico é que efetivamente está previsto um gasto de cinco mil euros com a ação social em 02.01.21.02 depois há uma verba de ação social 02.01.10.01 com mais 1150€, há ainda uma verba para idosos que ascende a 3.000€ euros que também abordei, a ver se realmente desta vez, o executivo tem vergonha e dá aquilo que prometeu, ajudar os idosos, mesmo que suporte parte do custo e os idosos suportem a outra parte como aliás as freguesias e os executivos limítrofes estão a proceder. Depois também verifico que isto é também uma questão de honra, na 1ª Assembleia, no 1º Mandato, pelo sr. presidente atual, foi feito um relatório em que o visado era eu pessoalmente, enquanto tesoureiro do anterior executivo, porque realmente as infraestruturas desportivas precisavam de muito mais. Está previsto gastar este ano 3.500€, manutenção não há e com este valor nenhuma melhoria... depois no resto, efetivamente a descrição do que é normal e nos projetos dar continuidade aos valores que já vinham e não se vê nada de especial que este executivo tenha previsto executar no próximo mandato.”* O Presidente do Executivo mencionou que *“as despesas com o quadro de pessoal em funções tem subido todos os anos, e este ano a subida foi maior, para este ano implica uma despesa de 163.000 euros. De facto há juntas com 1 ou 2 funcionários, nós temos 7, temos duas administrativas e achamos que não estão a auferir um ordenado consentâneo com a qualidade delas, se calhar os funcionários também deviam ter subido mais vezes, mas não nos meus mandatos, nos mandatos anteriores que foram completamente desclassificados naquilo que fizeram, não subiam de categoria, não tinham aumentos, não se fazia nada. E eu posso garantir que todos os funcionários desta junta de freguesia têm tido dentro do que a lei permite, aumentos anuais; quanto à casa que pertence à Junta de Freguesia prometemos avançar com uma hasta pública para venda da mesma, de facto na altura tinha um valor, agora tem outro. Espero que avance com este Executivo neste ano, a casa terá nova avaliação, pois quem lá está não pode pagar o mesmo que pagaram os outros quando a possibilidade era maior e quando todos os outros aproveitaram e aquela casa não. Portanto, faremos esse ajuste, essa atualização; Quanto à antena de comunicações, apresentamos dois orçamentos e vincamos o da Nos Towing, que apresentava um aluguer por 25 anos, mas após alguma discussão em assembleia, foram colocados outros pontos de ordem que têm a sua importância e então tendo em conta que o contrato que estava para ser assinado, ou seja, a minuta que veio à assembleia não tinha sido do conhecimento da assembleia antecipadamente, nem o Executivo chamou para discutir esse assunto com a oposição, neste caso entendemos por bem recolher o tema. Portanto, nada ficou por fazer, simplesmente o valor que atribuíam a esta negociação da antena agora vale mais, aliás, o valor podia ajudar na construção dum novo cemitério é um facto, mas temos que fazer as coisas dentro da legalidade. Sabemos que todas as assembleias têm oposição, podemos até ter a maioria, e assim aprovar aquele documento, mas decidimos não aprovar e discutir de uma forma mais ampla; quanto ao cemitério novo, já existe o terreno, foi adquirido no mandato anterior. Temos muita gente interessada de Silvalde e não só, admito que se tenha que fazer uma alteração ao Regulamento do Cemitério e à Tabela de Taxas e Licenças, pois não admito que o cemitério de Silvalde não tenha terrenos disponíveis para os próprios Silvaldenses e que haja pessoas fora da freguesia com 3 ou 4 sepulturas. Isto é lamentável, além de que as vão vendendo e nós não podemos fazer nada, porque assim estabelece o Regulamento e aliás, já era uma prática usada nos executivos anteriores e que nós por razões morais e sentimentais somos obrigados a deixar fazer esses negócios entre terceiros, que são chorudos. Portanto, mais do que fazer um cemitério novo, é necessário ajustar todos estes mecanismos para que os herdeiros do cemitério sejam efetivamente os Silvaldenses; o bar de praia este ano totalizou um valor 3.845 euros, isto é, 2.000 euros de licitação em Hasta Pública, e três meses de renda com o valor de 500 euros acrescido de IVA, (1.845 euros); quanto ao orçamento participativo, temos pena de não poder ter feito. Achamos uma ideia excelente apresentada pelo Sr. Vogal Joaquim Costa, pelo PSD. Na nossa perspetiva tem que existir uma razão válida para que o executivo separe uma verba para esse fim e que seja disponibilizada efetivamente para esse fim. Focou que foi chamado dia 13 e nós decidimos dia 14, é um facto, mas ouvimos o Sr. Joaquim. O orçamento participativo não pode ser feito, não quer dizer que não se faça futuramente; sobre o Café S. Tiago, a renda é 400 euros acrescida de IVA (492 euros) e o contrato é até 2026. O arrendatário nesta primeira fase teve um investimento avultado e reconhecemos o interesse para a Freguesia e o interesse do arrendatário com o negócio, daí ter avançado com capital próprio. E fizemos um contrato em*



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SILVALDE

função de tudo isso. Até ao momento a renda está em dia e é isso que nos interessa; o passeio para idosos, já expliquei aqui uma vez, temos intenção de realizá-lo e temos no orçamento 3.000 euros, mas quando tentamos fazer percebemos que infelizmente temos duas realidades geográficas e há uns que têm mais facilidade em participar que outros, sempre quisemos acautelar essa situação, um passeio desta natureza obriga a um regulamento, o que é certo é que queremos fazer e se calhar como é ano de eleições vamos fazer mesmo! Provavelmente, desenvolveremos este tipo de evento juntamente com as nossas coletividades, que na sua maioria também têm idosos como associados; As rubricas de ação social 02.01.10.01 corresponde a produtos de farmácia, em 2024 tínhamos uma verba de 150€ e reforçamos para 1150€, porque às vezes temos algumas situações em que sabemos que algumas famílias mais carenciadas têm alguma dificuldade em adquirir medicação e bens de farmácia e por isso a rubrica foi reforçada, caso seja necessário apoiar alguma família a este nível. Depois na rubrica 02.01.21.01 é também de ação social, mas destina-se a outro tipo de bens. Aqui falamos dos 50 cabazes que entregamos, este ano foi à Conferência São Vicente de Paulo e à ADCE, o ano passado tínhamos uma verba de 2550€, que foi reforçada para 4550€, este ano vamos tentar os 5000€, também porque o valor dos bens sobem todos os anos infelizmente, mas reforçamos esta rubrica para os cabazes de Natal que atribuímos nesta altura do ano. Para além disto, temos colaborado intensamente com as coletividades de Silvalde, nomeadamente as coletividades culturais que são as que mais dificuldades mostram em querer realizar seja o que for e não tem fundos para o efeito e obviamente que uma coletividade que trabalha todo o ano, que ensaia todo o ano, querem mostrar os seus espetáculos, aquilo que de melhor sabem fazer e depois vêm-se de mãos atadas porque não têm verba para o fazer. Há que ver que por exemplo em 2017 fazíamos uma pavimentação por 7€ o m2, este ano pediram 17€, a diferença é enorme e tudo o que seja contratação de serviços é sempre a subir e nós também fazemos um esforço, e por vezes não concretizamos algumas ideias / eventos / atividades nossas, porque fazemos alterações orçamentais para canalizar verba para ajudar estas associações. O nosso foco é apoiar sempre as associações enquanto cá estivermos, quanto às infraestruturas, as instalações, os serviços, sede social da Junta de Freguesia e as desportivas e recreativas, confesso que o espaço desportivo tem sido um sorvedouro de dinheiro e se nós formos ver a próxima aprovação de contas, vamos ver o valor inicial que existia e o valor com que acaba no fim do ano. Quem me dera que fossem gastos os 3.000€ previstos, e que o Centro de Saúde não nos pedisse nada para arranjar. Mas tentamos sempre acudir nessas situações e fazemos mais uma alteração orçamental para canalizar naquela rubrica o que é preciso. Mesmo assim ainda temos uma verba de 161.100 euros de investimento, 75.000 euros nas construções e diversos, 86.100 euros no asfaltamento de ruas, 35.000 euros nos parques e jardins; no cemitério 59.100 euros, este valor é 'fictício' na medida em que está refletida a compra da casa se ela efetivamente se efetivar, portanto esta rubrica só estará disponível se houver capital realizado, mas temos muita verba para investir. Na Praia Pau da Manobra investimos 35.000 euros, é uma concessão, é a Câmara que disponibiliza a verba, mas ao fazê-lo deixa de ter a responsabilidade de assumir a praia. Os nadadores salvadores pagávamos 8.000 euros e este ano pagamos 14.000 euros, o aluguer dos Wc's pagávamos 2.500 euros, agora cerca de 4.000 euros... Tem tudo subido muito. Chegamos à Câmara naturalmente o que nos dão não chega, este ano na descentralização de competência, conseguimos que a câmara atualizasse as verbas em 15%, que ainda não estão aqui refletidas, mas que após aprovação do Tribunal de Contas, essas verbas vão ser enviadas à Câmara por tranches mensais e depois terá que se fazer nova alteração modificativa para incluir essas verbas que foram negociadas para a descentralização de competências e com este dinheiro vamos fazendo o que podemos. Podíamos fazer mais? Talvez, mas acho que a concretização em percentagem do orçamento deve estar refletida nos 85%, o que é muito bom", visou.

----- O vogal Helder Freitas questionou na rubrica 02.01.10.01 de ação social, como é definido o direito à receção desta verba relativa a medicamentos / produtos de farmácia. O Presidente do Executivo referiu que esses valores são atribuídos mediante receita médica, este ano não houve nenhum caso, mas chegou a acontecer na altura do Covid ou quando alguém cai no cemitério e implicitamente a responsabilidade é desta autarquia. "No ano passado saiu daqui uma verba que atribuímos ao Centro Social de Silvalde que envolveu produtos geriátricos, nomeadamente fraldas, toalhetas, gel de banho entre outros produtos. O vogal Helder Freitas retorquiu que nada aponta ao apoio, mas sabe que a Junta não tem capacidade técnica para a atribuição de ajudas, isto teria que vir sinalizado pela Câmara ou pela assistentes sociais. O Presidente do Executivo concordou com o Vogal, referindo que de facto a Junta não tem competência para atribuir verbas e subsídios de ação social, quem tem é a Câmara, mas se se estiver à espera da Câmara, vão ter alguma dificuldade em ajudar. "É por isso que não ajudamos diretamente as pessoas, ajudamos através da ADCE, da Conferência S. Vicente de Paulo e Centro Social de Silvalde, sei que isto não deveria ser feito, em rigor, nem deveríamos ter a rubrica de ação social no orçamento, porque não temos essa competência, quem a tem é a Câmara", reiterou. O Presidente da Mesa colocou o **Ponto 4 a votação que foi aprovado com 7 votos a favor, 4 votos contra e 1 abstenção**. O vogal Joaquim Costa apresentou a sua declaração de voto "essencialmente estão-se a aprovar autorizações prévias e eu desde sempre fui contra a aprovação de autorizações tácitas, mas como a aprovação está incluída no orçamento, acho que não devia estar, voto contra".

----- O Presidente da Mesa continuou com o **Ponto 5**, que não teve pedidos de esclarecimento e por isso a ata foi votada e **aprovada com 11 votos a favor e 1 abstenção** por não ter estado presente na sessão a que ata se refere. ---

----- O Presidente da Mesa passou ao **Ponto 6** e o vogal António Félix questionou o Presidente do Executivo qual o ponto de situação na freguesia de Silvalde sobre a requalificação dos Bairros de Silvalde, uma vez que o executivo camarário anterior deixou os projetos todos prontos só faltava colocar a concurso público. "Quer o PS, quer o PSD quando andaram em campanha eleitoral prometeram àquela gente que era neste mandato que os bairros iam ser arrançados, telhados, fachadas e afinal mais uma vez o povo foi enganado e as coisas ficam na gaveta por puro desleixo e falo para todos..." O Presidente do Executivo sobre o assunto referiu que teve na última Assembleia Municipal uma intervenção sobre esta questão, onde deixou vincado o seu lamento pela falta de palavra, precisamente de todos os candidatos que foram àquele bairro. E na zona da marinha existiam outras alterações de infraestruturas ao abrigo do PRR. "Aquilo que me falaram e a justificação da Sra. Presidente da Câmara foi que as candidaturas foram feitas, foram apresentadas em Lisboa, mas não foram acompanhadas de elementos como o projeto de alterações que faltava, que



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SILVALDE

obrigava a um empenho e a um estudo maior do gabinete de obras da Câmara. Mas a grande questão e deixo aqui bem clara e pode ficar registado em ata, foi que para serem feitas alterações naqueles blocos é necessário a Câmara demonstrar através de certidões permanentes que aquilo é de facto da Câmara Municipal de Espinho. E a autarquia pelo menos o bloco de obras ainda não está registado nas finanças desde que se fez e é o bairro mais antigo do concelho de Espinho. Como não há esse registo nas finanças, isso é impeditivo para qualquer candidatura corra bem. Agora nos outros não, o Bloco 4 é da Câmara, havia um bloco novo também com intenção de se construir com 40 fogos, mas a questão aqui são os procedimentos técnicos, como as plantas, os projetos de arquitetura, os projetos de especialidades, tudo isso tinha que acompanhar a candidatura e não aconteceu, mas também não foi só em Espinho. No entanto, a justificação da Presidente da Câmara foi que a Câmara não tem capacidade para fazer tantos projetos em tão pouco tempo. Também perguntei se só se lembraram agora, quando as candidaturas foram canceladas, anuladas. É o que temos. Lamento imenso e continuo a lamentar que essa situação possa ter acontecido justamente no bairro dos pobres.”

----- Não havendo nada mais a tratar, o Presidente da Mesa desejou a todos os presentes e familiares votos de um bom ano e deu por encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e trinta minutos, tendo sido lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia de Freguesia. -----

A MESA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

 _____
1.º SECRETÁRIO

 _____
PRESIDENTE

 _____
2.º SECRETÁRIO

Recomendação

disponibilização funcional da passagem elevatória pedonal na avenida João de Deus e Rua do Golf

Considerando que:

1. O Bairro piscatório é uma zona com densidade populacional elevada;
2. que grande parte da população é muito jovem ou muito idosa;
3. que não a passagem pedonal do túnel não deve ser a única saída/entrada no bairro piscatório;
4. que o acesso de viaturas de transporte de passageiros é muito condicionado mesmo após muitos pedidos para que o acesso seja facilitado;
5. que não obstante a passagem pedonal existente no túnel este é de difícil acesso a pessoas de mobilidade reduzida o que impede o cruzamento de cadeira de rodas com uma pessoa;
6. que quando da construção da passagem pedonal elevada já existia a possibilidade de circulação pelo túnel e mesmo assim foi aprovado que a plataforma fosse e seja uma realidade;
7. que compete á entidade responsável pelo zelo e manutenção, a Camara Municipal de Espinho, estas funções e defesa intransigente dos interesses dos grupos mais vulneráveis da população;

A assembleia de freguesia de Silvalde, reunida em assembleia ordinária de 27 de Dezembro de 2024, deliberam recomendar á Camara Municipal de Espinho, que:

Promova que o funcionamento da passagem pedonal designada de passagem do Bairro Piscatório, seja continua e ininterrupta, devendo esta entidade pugnar para que sejam usados os meios que conduzam á sua manutenção efetiva, o controle dos equipamentos, mesmo com recurso a pessoas, pelo menos no período diurno.

Os subscritores

Handwritten signatures of the subscribers, arranged in two columns. The signatures are:
Left column:
1. A signature that appears to be 'Margarida'
2. A signature that appears to be 'Marta'
3. A signature that appears to be 'D. Vieira'
4. A signature that appears to be 'Francisco'
5. A signature that appears to be 'Fátima'
Right column:
1. A signature that appears to be 'J. Abreu'
2. A signature that appears to be 'João Folha'
3. A signature that appears to be 'Hélder'
4. A signature that appears to be 'Bruno Pinto'
5. A signature that appears to be 'Mariana Folha'

